

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do PAC Saneamento e Urbanização no estado da Paraíba

João Pessoa-PB, 26 de julho de 2007

Meus companheiros,

Amigos,

Companheiras e amigas da Paraíba,

Eu queria, antes de explicar o que estamos fazendo aqui, pedir que esse auditório e o nosso plenário se colocassem de pé para que nós pudéssemos prestar um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da tragédia do voo da TAM. Muito obrigado a todos vocês.

Meu querido companheiro governador do estado da Paraíba, Cássio Cunha Lima,

Minha querida companheira, ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff,

Meus queridos companheiros ministros Márcio Fortes, das Cidades, e Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social,

Meu caro deputado Arthur Cunha Lima, presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba,

Senadores José Maranhão e Cícero Lucena,

Deputados Armando Abílio, Luiz Couto, Manoel Júnior, Marcondes Gadelha, Rômulo Gouveia, Vital do Rêgo Filho, Wellington Roberto, Wilson Braga, Wilson Santiago,

Meu querido companheiro Ricardo Coutinho, prefeito da cidade de João Pessoa,

Meu caro Dom Aldo Pagotto, arcebispo da Paraíba,

Meu caro Elvio Lima Gaspar, diretor da área social do BNDES,

Meu caro Jorge Hereda, vice-presidente da Caixa Econômica Federal,

Meus caros secretários de Estado, vereadores,

Prefeito Jota Júnior, de Bayeux; José Francisco Regis, de Cabedelo; meu companheiro Veneziano Vital do Rego, de Campina Grande; Jairo Feitosa,

de Pombal; Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, de Santa Rita; Rubens Germano Costa, prefeito de Picuí e presidente da Federação Municipal de Prefeitos da Paraíba,

Meus companheiros e companheiras, demais prefeitos que não estão aqui na minha nominata, mas eu sei que tem muitos prefeitos e prefeitas aqui,

Meus amigos deputados estaduais,

Senhor José Zenóbio Teixeira, diretor-geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste,

Senhor Antônio Ubiratan Santos, diretor da Confederação Nacional da Associação de Moradores,

Marconeide Barbosa, da União Nacional de Moradia Popular, e Maria José Alves, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia,

Meu caro José Inácio de Araújo Neto, da Central dos Movimentos Populares,

Maria do Socorro Gadelha, presidente da Companhia de Habitação da Paraíba,

Secretários municipais aqui presentes,

Amigos e amigas,

Eu quero crer que o que estamos fazendo no Brasil, nesses últimos meses, é a implementação de um programa de governo que dá a exata dimensão daquilo que nós pensamos para o Brasil nas próximas décadas.

Se nós olharmos o que aconteceu no Brasil nos últimos 26 anos, ou se quisermos pegar os últimos 30 anos, nós vamos perceber que o último momento em que o Brasil fez um forte investimento em infra-estrutura foi no governo Geisel. E, por conta do investimento feito à época do governo Geisel, nós pagamos um preço muito duro depois, porque ele foi feito às custas da facilidade do dinheiro externo que, depois, resultou numa dívida que nós passamos esses 30 anos tentando pagá-la, quase que impossível.

Mas, de qualquer forma, foi o último presidente que pensou estrategicamente o desenvolvimento do Brasil, a começar por grandes investimentos em obras de infra-estrutura. De lá para cá, o Brasil fez uma opção de se reconhecer pequeno, de se reconhecer incapaz e de não tomar atitudes que a grandeza do Brasil exigia que os governantes tomassem.

Se vocês analisarem o que aconteceu no Brasil nesses últimos anos, a gente vai descobrir, com muita facilidade, mas com muita facilidade mesmo, por que tem tantos jovens de 20 a 30 anos de idade metidos no crime, na violência e na marginalidade. Essa menina que hoje está presa, essa menina que hoje nós vemos na televisão cometendo os crimes são filhos deste País, resultado de um período histórico do nosso País em que as políticas sociais não eram levadas em conta como fator de desenvolvimento, em que a educação não era levada em conta como fator de desenvolvimento no nosso País. E por que não eram levados em conta? Porque neste País criou-se o hábito de ser muito mais fácil destinar, como se fosse investimento, bilhões de reais para os grupos econômicos, e via-se como gastos os centavos que se destinavam para atender a parte mais pobre da população.

Qual foi a mudança que nós fizemos? Primeiro, uma mudança conceitual. Garantir dinheiro para levar comida para o pobre comprar leite, para a agricultura familiar, para investimentos na educação. O programa Luz para Todos, Cássio, em alguns estados da Federação custa 5 mil reais a ligação, e ela é feita de graça, porque as pessoas pobres têm o direito de conquistar a cidadania neste País. Obviamente que, se nós formos pensar apenas do ponto de vista da viabilidade econômica, nós não fazemos nada, a não ser onde já tem os benefícios. Se cada projeto que a gente vai discutir, primeiro a chamar os nossos economistas ou chamar os nossos consultores, que normalmente nos apresentam aqueles que eu chamo de “engana presidente”, aqueles gráficos bonitos, coloridos, e falam para a gente: “Olha, não tem viabilidade econômica, isso aqui não é rentável economicamente, isso aqui não vai dar retorno”... Ora, se não vai ter retorno, então não tem investimento no Nordeste, não precisa fazer a BR-101, não precisa fazer a transposição de água, não precisa ter o Programa do Leite, não precisa ter o programa Luz para Todos, não precisa fazer a Transnordestina, porque é tudo, teoricamente, economicamente inviável. Porque neste País, durante três décadas, adquiriu-se o hábito de investir onde já tinha investimentos, de elevar a qualidade de vida onde já tinha qualidade de vida, e os mais pobres vão ficando cada vez mais pobres.

Essa é a construção sociológica deste País nos últimos 30 anos. Mudar isso não é uma tarefa fácil, porque sabe o nosso companheiro da Caixa

Econômica, aqui na Paraíba, como sabe a Maria Fernanda, lá em Brasília, como sabe o nosso presidente do Banco do Brasil, em Brasília, e como sabe o superintendente do Banco do Brasil, aqui, como sabe o presidente do Banco do Nordeste aqui, ou o Banco da Amazônia, na Amazônia, que sequer os Fundos Constitucionais, que foram criados na Constituição de 88, eram utilizados para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro. Antes de nós tomarmos posse – e é importante que tenha dois senadores aqui de partidos diferentes, antes de nós tomarmos posse, no ano de 2002, o BNB disponibilizou para investimentos 262 milhões de reais. Este ano, certamente ele terá quase 7 bilhões de reais para emprestar ao povo do Nordeste brasileiro se desenvolver.

Eu estou dizendo isso porque quando nós pensamos no PAC, nós pensamos que era preciso combinar um programa de desenvolvimento deste País que levasse em conta não apenas colocar aqueles que sempre estiveram à frente na corrida do desenvolvimento, era preciso saber como trazer a parte pobre da população para ser beneficiada nesse processo, porque muitas vezes, na teoria, a gente fala assim: “Não, porque se vai ter um grande projeto industrial aqui, então vai ter emprego para todo mundo.” Não é verdade, você constrói uma fábrica grande, ela vai gerar 2,3 mil empregos e vai gerar uma favela de 30 mil miseráveis ao lado dela, na expectativa de que tenha emprego, porque às vezes a propaganda é maior do que o empreendimento. E nós criamos ilusões na cabeça das pessoas. Então, é preciso que quando a gente pense num empreendimento, a gente já pense em pegar esses brasileiros e brasileiras que não têm nenhuma responsabilidade por serem mais pobres do que outros e fazer com que eles possam galgar esses degraus do desenvolvimento. Por isso o PAC. O PAC é uma combinação da participação de uma Petrobras, com investimento de 228 bilhões de reais em quatro anos, com a participação de um investimento de 106 bilhões de reais em obras de infra-estrutura e habitação. É isso que nós estamos fazendo. Aqui são 40 bilhões de reais para saneamento básico e urbanização de favelas. Não é pouca coisa.

Se vocês pegarem a história do Brasil desde que foi proclamada a República, nós não vamos ter nenhum período histórico em que se investiu tanto em saneamento básico e habitação como estamos fazendo. Sabem por que, meus companheiros? E não é nenhum radicalismo, porque presidente não

pode ser radical, presidente tem que ter sempre bom-senso. Sabem por que não se investia em saneamento básico neste País? Porque não é possível colocar nome de parentes em manilha enterrada embaixo da terra, não é possível. Aliás, tem pessoas que colocam a placa e o nome antes de fazer a obra. Eu digo isso porque o monumento que nós vamos colher com essa política, Cássio, meu caro Ricardo Coutinho, meus companheiros prefeitos, o que nós vamos colher com essa política de saneamento não é a imagem de uma ponte com o nome dos nossos parentes, o que nós vamos colher é a possibilidade de ter menos crianças morrendo de doenças geradas por falta de água potável e tratamento básico. O que nós vamos conquistar é a possibilidade de ver crianças brincando na rua sem estar pisando em esgoto a céu aberto. O que nós vamos colher como resultado dessa política é ver mulheres abrirem uma torneira e sair da sua torneira água com qualidade para elas beberem, para que as crianças não fiquem com esquistossomose, com a barriguinha parecendo um guaru, como eu fui quando era pequeno, até sete anos de idade.

É esse troféu, meu caro governador, que nós vamos colher, é a gente ver uma criança pobre na mesma sala de aula do nosso filho sem que a gente consiga fazer uma diferenciação, porque os dois estão com a mesma qualidade de saúde, bebendo a mesma água, os dois estão pisando no asfalto, os dois estão tendo luz elétrica. Afinal de contas isso não é muito, isso é o mínimo que os governantes precisam fazer para tornar o mundo mais igualitário, mais justo. E o que Estado tem que fazer é apenas levar a oportunidade. Aí a classe política vai ter que se tornar mais civilizada para que a gente possa compreender o momento de fazer oposição e o momento de pensar no País, para que a gente pense o momento de fazer oposição e o momento de construir o estado ou construir a cidade, porque no Brasil não termina nunca, já acabou uma eleição, ela continua e é eterna. Você pode mandar qualquer projeto, pode ser um projeto para melhorar qualquer coisa, e pessoas, se são contra o governo, dizem: “Eu voto contra, eu não voto favorável.” Ou seja, as pessoas não se preocupam sequer em analisar se aquilo vai beneficiar o presidente da República, o governador ou o prefeito, ou se vai beneficiar o povo da cidade, o povo do estado e o povo do nosso País.

Essas coisas é que nós precisamos pensar, porque enquanto a classe dirigente fica brigando pequeno, fica com mesquinha, o povo fica sofrendo, o povo fica na expectativa de que apareça um milagroso para salvá-lo, e não tem. É preciso ter políticas públicas justas, é preciso fazer parcerias como estamos fazendo, é preciso que a gente contribua. Eu não quero saber se o prefeito é do PFL, do PSDB, do PT, do PMDB, do PTB, do PR não quero saber em quem o eleitor votou na eleição de outubro, se foi em mim ou se foi no adversário, eu não quero saber. Acabou a eleição, nós fomos eleitos para governar este País, este estado e este município. É por isso que nós construímos o PAC. O PAC é tudo isso que a Dilma mostrou e um pouco mais, porque é o começo da mudança definitiva de um País que durante três décadas foi tido como um país em vias de desenvolvimento, para se transformar num país, definitivamente, desenvolvido.

Vocês estão lembrados que quando nós tomamos posse, este País vivia mendigando, todo final de ano, dinheiro do FMI, para poder pagar suas contas. Vocês agora lêem nos jornais que este País não deve nada ao FMI, não deve nada ao Clube de Paris, e ontem atingiu 154 bilhões de dólares de reserva. Este País, quando entrava 10 bilhões de dólares do exterior aqui, era manchete de jornais. Do dia 1º de janeiro ao dia 30 de junho, entraram neste País 59 bilhões de dólares, dos quais quase 12 para investimento direto, 23 na Bolsa e o restante no sistema financeiro. Hoje, a nossa preocupação não é ir atrás de dólar, mas é evitar que continue entrando essa enxurrada de dólares aqui, porque todo dia um fala: “Ah, mas o câmbio, o câmbio.” E todos os dias as exportações batem recorde e recorde. Pois bem, o Brasil está preparado para dar um salto de qualidade. Eu digo isso com orgulho, porque eu lembro quantas vezes disputei eleições, e a preocupação dos meus adversários era passar notinhas para a imprensa: “Pergunte ao Lula, ele não fala inglês, como é que ele vai governar? Ele não fala espanhol, como é que ele vai governar? Ele não entende francês.” Era essa a pergunta que todo dia eu tinha que responder, todo santo dia, como se alguém já tivesse perguntado se o Bill Clinton está preocupado em aprender português, como se alguém já tivesse perguntado se alguém está preocupado em aprender a minha língua para vir conversar comigo. A língua é um valor da Pátria, e nós temos que aprender a falar corretamente a nossa língua. Somente aqueles que são colonizados

intelectualmente, somente aqueles é que chegam no exterior pensando em fazer discurso em estrangeiro. Quando você vê, na televisão, alguém num fórum internacional, um brasileiro falando a língua do outro, primeiro, é um metido à besta. Tem gente que acha que é tão elegante que chega no aeroporto, já começa a tentar falar inglês com a moça do balcão, já achando que está lá fora.

Eu estou dizendo isso para vocês porque o Brasil nunca viveu um momento de respeitabilidade externa como estamos vivendo. E não estamos vivendo porque ficamos paparicando o Bush, não estamos vivendo porque estamos paparicando qualquer governante deste País, estamos sendo respeitados porque dizemos, em alto e bom som: nós somos brasileiros e temos orgulho de ser brasileiros do jeito que somos, temos orgulho de ser o resultado da mistura de índios, de negros, de europeus. Este País é tão chique, Dilma, que você viu aqui a cidade chamada Bayeux, parecia que você estava na França, e você estava na Paraíba. Este País multiétnico, este País com essa miscigenação, só vai se respeitar na hora em que a gente assumir, com 100% de garantia, o que somos, como somos, da cor que somos. É assim que a gente vai ser respeitado.

Outro dia, Ricardo, eu fiquei chateado, porque eu peguei um jornal e estava escrito assim – nós tínhamos ido lançar o PAC em São Paulo – e estava dizendo assim a manchete: “O governo Lula privilegia as cidades do PT”. Nós tínhamos lançado em São Paulo, possivelmente na região metropolitana de São Paulo tenha mais cidades do PT, afinal de contas, nós governamos Osasco, Guarulhos, Diadema, Santo André. Mas o que o jornal poderia ter dito é o seguinte: o governo Lula, que é do PT, faz investimentos de quase 8 bilhões de reais em São Paulo, que é governado pelo José Serra, do PSDB. Seria mais honesto. Da mesma forma que fizemos o investimento de R\$ 4 bilhões em Minas Gerais, no governo do PSDB. Da mesma forma que fizemos o investimento de R\$ 4 bilhões no governo do Rio de Janeiro, do PMDB. Da mesma forma que vamos fazer no Rio Grande do Sul, do PSDB. Da mesma forma que nós vamos fazer aqui, na Paraíba, em Pernambuco.

Eu não quero saber qual é a necessidade do governador, eu quero saber qual é a necessidade dos brasileiros e brasileiras que moram naquele estado e que moram na região. Lógico que é muito mais tranquilo a gente

construir os projetos em parcerias. E nós fizemos uma coisa que foi exemplar, o que a gente não queria era fazer o que sempre aconteceu no Brasil: você passa o dinheiro para os governos dos estados, tem governo que vai fazer as coisas com a maior tranqüilidade e dividindo com todo mundo. E tem governo que, habitualmente, procura os amigos e fazem as obras para o prefeito seu amigo e tal. Então, o que nós fizemos? Nós já conhecíamos um pouco a realidade de cada estado, nós levantamos as principais cidades brasileiras a partir das capitais e regiões metropolitanas, elaboramos o projeto com o Ministério das Cidades e, ao mesmo tempo, resolvemos chamar governadores e prefeitos para que a gente fizesse uma cumplicidade administrativa, para que a gente pudesse mapear as obras de interesse do conjunto da sociedade. É por isso que caíram essas cinco cidades aqui, no estado da Paraíba.

Mas os prefeitos que governam cidades com até 150 mil habitantes, ou os prefeitos que governam cidades com até 50 mil habitantes, não ficarão de fora. Porque, além do PAC, que foi anunciado aqui, tem R\$ 2 bilhões do Programa que é da habitação, FNHIS, que é uma conquista do movimento popular, não é conquista do presidente da República, não é conquista do governador do estado, não é conquista de nenhum prefeito e de nenhum deputado, é uma conquista do movimento social que luta por moradia. Eles fizeram a primeira emenda popular neste País, com mais de 1 milhão e 300 mil assinaturas, levou 13 anos para ser votada no Congresso Nacional e, finalmente, nós votamos em 2005 e, agora, tem R\$ 2 bilhões. Por isso eu disse para a Dilma: a gente não pode ir gastando todo esse dinheiro sem chamar o movimento que aprovou a emenda para que ele possa discutir conosco uma definição das prioridades.

Mas, além desses, tem uma coisa importante, governador, senadores, prefeitos, deputados: é o PAC da Funasa. São 4 bilhões de reais que vão ser aplicados pela Funasa em obras de saneamento básico também nas cidades com até 50 mil habitantes. E a gente vai priorizar as cidades que tenham, no Norte, malária, e no Nordeste, doença de chagas, ou seja, o bicho barbeiro, para ver se a gente acaba com essa peste no Brasil, que mata muita gente desde que o Brasil é Brasil. Vamos tentar acabar com isso.

Além disso, duas coisas importantes: desses R\$ 4 bilhões, meu caro bispo Dom Pagotto, R\$ 320 ou 340 milhões serão utilizados para que até 2010

a gente leve água potável e coleta de esgoto a 90% das comunidades indígenas deste País. E, ao mesmo tempo, nós queremos também, até 2010, levar água potável e coleta de esgoto a 50% de todos os quilombos já reconhecidos neste País.

Esse programa da Funasa, nós vamos lançá-lo em Brasília. Nós vamos chamar as comunidades quilombolas, chamar as comunidades indígenas, chamar os prefeitos das cidades com até 50 mil habitantes, e vamos fazer o lançamento desse programa lá em Brasília. Depois, eu vou visitar uma comunidade indígena em São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, e um quilombo, aliás, eu vou ao quilombo Kalunga, lá em Goiás, onde nós já fizemos saneamento básico, já fizemos água potável, já fizemos escola, campo de futebol. Porque nós achamos que este País precisa, um dia, ser verdadeiramente um País de todos, em que todos possam ter direitos efetivamente, cumprindo o que está na nossa Constituição.

Mas uma outra coisa importante que eu queria dizer para vocês: o projeto São Francisco. Eu não quero fazer disso uma profissão de fé, não quero fazer disso uma guerra. Eu quero apenas que vocês me ajudem a convencer as pessoas que são contra. Certamente, as pessoas têm suas razões, e eu fico pensando: se cada estado brasileiro resolvesse dizer “aquilo que eu produzo é só meu”, o que seria do Brasil? Por exemplo, o Rio de Janeiro produz petróleo, ou seja, se ele não quisesse vender para nós, como é que ficaria? Graças a Deus a Petrobrás decidiu fazer prospecção, teste, na cidade de Sousa, na Paraíba, e quem sabe a gente tenha petróleo aqui, aí a Paraíba pode ceder um pouco para os estados que não querem ceder água para nós.

O projeto da transposição, companheiros, foi um projeto pensado desde 1846. O imperador D. Pedro pensou nesse projeto. De lá para cá, vários presidentes da República pensaram nesse projeto, mas quando chegam as eleições, as pessoas se acovardam. Então, na época da eleição, você vai ao Ceará, o Ceará é favorável, você é favorável; você vai à Bahia, a Bahia é contra, você vira contra; você vem a Paraíba, é favorável, você é favorável; você vai a Alagoas, é contra, você é contra. E, assim, nunca acontece o projeto. Eu sei que houve boas intenções. O então senador, ministro, na época, Fernando Bezerra, que era ministro da Integração do presidente Fernando

Henrique Cardoso, foi debater conosco, foi debater no Sindicato, foi debater com o PT, com os outros partidos políticos. Eles tinham boa intenção ao fazer o projeto, mas aí radicalizou o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, radicalizou o ex-governador não sei de onde, ou seja, o projeto não saiu. Eu, companheiros, trago como experiência de vida até os meus sete anos de idade, beber água de açude. E eu sei o que é, eu e meus irmãos, ir buscar pote de água no açude, tendo que ficar separando com uma cuia as fezes dos animais que lá estavam bebendo água, os caramujos que reproduzem a esquistossomose dentro da barriga do ser humano, e levar essa água barrenta para beber em casa. E não tinha filtro, era apenas colocar um pano fino, jogar água, coar, esperar assentar, separar com uma cuia para beber água da cor desta mesa aqui.

Eu lembro, eu morava numa casinha que era numa descida para o açude. E quando chovia a minha mãe fazia a gente fazer uma festa, fazer quase que uma... se Dilma visse, ela ia querer fazer uma hidrelétrica lá. A gente juntava areia para represar água da chuva, enchia as latas de água para a gente beber. Era assim. Por isso eu não tenho vergonha de dizer: quando eu fui para São Paulo, com sete anos de idade, eu tinha as perninhas que nem um sabiá e a barriga que nem uma ema, ou seja, o que era? Era o que hoje muita gente ainda tem no Brasil. Aquilo era verme. Come mal, não tem água potável, os dentes caem depois que completa 15 ou 16 anos, ou seja, nós não temos nem chance de ter dente-de-leite, ele já nasce podre, ou seja, é este País que nós queremos mudar com essa política. E nós não aceitamos que as pessoas digam: "Ah, vai custar 6 bilhões de reais." Que custe 7, que custe 8.

Mas eu estou vendo, dom Pagotto, a gente visita os estados, eles nunca fizeram um centavo de investimento para evitar que o esgoto da sua cidade fosse jogado dentro do rio São Francisco, através dos seus afluentes. Somos nós que já investimos R\$ 250 milhões no ano passado, vamos recuperar todas as matas ciliares do rio São Francisco, vamos fazer saneamento em todas as cidades que margeiam o rio São Francisco e vamos levar água potável para todas as comunidades que moram no rio São Francisco. Mas não podemos deixar, alguns não querem compreender, que o brasileiro não pode negar um copo de água para um brasileiro que tem sede. Eles não sabem, eu acho que não tenho pescoço de carregar lata d'água na cabeça, vou pôr a gravata e

tenho dificuldade. Eu queria ter um pescoção daqueles que eu vejo na televisão, aquelas pessoas que não carregaram pote, que não carregaram lata, que não sabem fazer uma rodilha para colocar na cabeça, que não sabem equilibrar nada.

Então, nós precisamos acabar com essa imagem maldita de que o Nordeste tem que continuar pobre e miserável. Precisamos acabar com essa imagem. É por isso que, às vezes, eu vejo alguns companheiros do Sul contra. Agora mesmo nós aprovamos as ZPEs. Tem gente que é contra. Não pode ZPEs, porque ZPEs é Zona de Processamento de Exportação. Então, nós estamos pensando o quê? Como é que vai desenvolver uma parte do Nordeste, como é que a gente vai levar desenvolvimento para o Amapá, para o Acre? Como é que a gente vai levar. Não. Agora, quem já está desenvolvido não quer. E, às vezes, sabe o que eu fico pensando, meus companheiros deputados e senadores? É que, às vezes, eles são minoria, mas eles ganham no Congresso Nacional. Eu não sei como é que, muitas vezes, o Nordeste e o Norte cedem tanto aos desejos de outras regiões mais prósperas. Eu não sei como é que a gente cede tanto. É uma questão de maioria ou minoria, não é uma questão partidária. É uma questão de maioria ou minoria. Como é que a gente vai pensar no desenvolvimento regional?

Nós recuperamos a Sudene. Vamos colocar o dinheiro do Fundo de Desenvolvimento na Sudene, para que a Sudene possa cumprir a obra extraordinária que o nosso companheiro e saudoso Celso Furtado pensou quando criou a Sudene. Afinal de contas, essa é a nossa chance. Cássio, é impossível imaginar que a Transnordestina não vai ter um braço para a Paraíba, para o Rio Grande do Norte. Ela vai ter que ter, ou no meu governo ou em outro governo, vai ter que ter, Cássio, não tem jeito, porque é um processo de integração, ela será quase que o São Francisco ferroviário, porque ela tem quase 1.900 quilômetros de comprimento. Imaginem com um braço para a Bahia, para a Paraíba, para o Rio Grande do Norte, para Aracaju, o que a gente não pode desenvolver neste País! Mas é preciso querer que essas coisas aconteçam.

Por isso, companheiros e companheiras, eu queria terminar pedindo aos prefeitos o seguinte: Cássio, é preciso criar conselhos gestores do PAC nas cidades e no estado. Porque tudo o que eu sonho é que até fevereiro esse

dinheiro, que hoje soma 362 milhões de reais, esteja transformado em obras, que as máquinas estejam trabalhando, porque aí significa emprego, e emprego significa melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram neste estado e nesta cidade, e significa, no fundo, no fundo, a gente perceber, Cássio, que a geração que virá depois do nosso governo, será melhor do que a nossa geração, mais bem-tratada, mais bem reconhecida.

Cássio, eu vou contar uma história para você. Algumas pessoas não gostam que eu conte, mas só para você ter idéia do que está acontecendo no Brasil, nesse instante: o Pronaf sai de R\$ 2 bilhões para, neste ano, nesta safra, ser R\$ 12 bilhões. Você é testemunha de que a Paraíba pegava R\$ 14 milhões e, já no último ano, pegou 100, e você torce para pegar 200 e eu torço para pegar 300 ou 400. Porque o Pronaf, até nós chegarmos no governo, senadores e deputados, era um programa bonito – nós não inventamos nada, foi um programa criado no governo anterior – mas era um programa só do Rio Grande do Sul. Ele chegava a Santa Catarina, pegava um pedacinho do Paraná e quase não chegava em São Paulo. Hoje, se vocês quiserem fazer um teste, percorram o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, e vocês vão perceber que o Pronaf chegou a todos os estados brasileiros. E vocês vão ver o estudo o IBGE: acabou o êxodo rural tal como era antes. Porque, na hora em que você leva luz, na hora em que você garante a compra do alimentos e na hora em que você melhora – não sei se o gerente do Banco do Brasil está por aqui, o superintendente, se não tiver vou dar um puxão de orelha nele, porque deveria estar aqui. Está aqui. Na hora em que você consegue fazer, eu, por exemplo, falei com o Lima Neto, no final do ano passado: “Lima Neto, eu não quero mais essa desgraceira de 80 letras para emprestar dinheiro para o Pronaf: é Pronaf A, Pronaf B, Pronaf C, Pronaf D, Pronaf E, o cidadão tem que ser alfabetizado para poder pegar o dinheiro, porque é tanta letra”.

Bem, o Lima Neto concordou, o MDA concordou, o pessoal do movimento concordou. Aí, sabe o que aconteceu? Quando é agora, que nós vamos fazer a negociação, o Lima Neto me trouxe uma lista desse tamanho, do tamanho do mapa do Brasil, é tanta letra, tanta letra, que se o cidadão for fazer um concurso público e tiver que adivinhar metade daquelas siglas, ele já está reprovado. Aí eu falei: “Lima Neto, pelo amor de Deus”. Ele falou: “Presidente, nós vamos mudar em janeiro, nós íamos mudar agora, mas o sistema,

Presidente...”. Você conhece o sistema, não é? “O sistema, Presidente, está montado com essas letras todas e a gente não pode desmontar rapidamente. Mas a gente vai, em janeiro, montar com efeito retroativo”. Aí o cidadão não tem que saber mais de “A” ou “B”, ele tem que ter o empréstimo para custeio e o empréstimo para investimento e fim de papo. Não precisa de outras coisas.

Então, Cássio, meus caros deputados da Paraíba, meus caros senadores, secretários, se houver a compreensão de vocês, nós poderemos dar uma chance ao Brasil. Quem tiver bronca de mim, deixa para despejar esse ódio em 2010, já que eu não serei candidato mesmo. Mas nós fomos eleitos agora, vamos dedicar... Bom, já não dá, porque tem eleição no ano que vem, é uma desgraça. Em época de eleição, são seis meses sem a gente poder governar nada. Nós somos eleitos para quatro anos – você também, Coutinho, para quatro anos. Nós fomos eleitos, tomamos posse dia primeiro de janeiro, e quando chegar em junho do ano que vem, a gente não pode mais fazer convênio com as prefeituras. Então, pára qualquer investimento, são seis meses em que o governo federal não pode fazer nada com as prefeituras, nem com o governo do estado. Aí, temos mais um ano para governar, vêm as nossas eleições e mais seis meses em que a gente não pode fazer convênios com as prefeituras. Ou seja, em vez das eleições serem um benefício para a gente fazer mais investimentos, elas são um malefício, do ponto de vista da possibilidade de investimentos nos estados, porque fica paralisado.

Então, vamos aproveitar, nós temos quatro anos, e vamos definir com que imagem nós queremos passar para a história deste País, se nós queremos ser apenas mais um político dos tantos que este País já teve, ou se queremos passar para a história como a geração governante que mais investiu em energia elétrica, que mais investiu em eletrificação rural, que mais investiu em programa de seguro alimentar, que mais investiu em transferência de renda, que mais investiu em universidades, que mais investiu em escolas técnicas, que mais melhorou o salário do funcionário público, que melhorou e requalificou a questão dos professores brasileiros, e o Proeb veio exatamente para a gente mudar a história deste País. Então, eu acho que nós deveríamos definir um pouco. Quando terminar o seu mandato, qual é a imagem que você quer ter? Ser mais um? Qual é a imagem que os prefeitos querem ter? Qual é a imagem que o Presidente quer ter, os deputados e os senadores? Então, é

isso, companheiros, que nós podemos pensar.

Eu estou muito à vontade, porque quando a gente não tem eleições pela frente e não é candidato, a gente tira 600 quilos das costas. Eu, embora pareça gordo, estou leve que nem passarinho. E eu digo para vocês: só Deus pode me impedir de fazer que o pobre atinja a plenitude da cidadania neste País.

No mais, queridos, eu espero ser convidado pelos prefeitos, pelo governador, para que a gente possa, no ano que vem, vir aqui inaugurar a primeira obra do PAC – bom, já tem? –, a estrada ligando João Pessoa a Campina Grande fica pronta no final do ano. Então, já pode ser uma. Mas eu quero ver uma dessas de saneamento viu, Veneziano, Ricardo Coutinho, prefeitos, eu quero ver se a gente pode vir aqui no ano que vem, eu me conformo em vir cavar o primeiro buraco. Porque a gente anuncia o dinheiro aqui, mas depois tem que fazer licitação, depois o Tribunal de Contas entra com um processo contra, aí quando está tudo bem, o Ministério Público entra com um outro processo contra, é uma desgraceira. É um para construir e 30 para tentar evitar que a construção aconteça neste País.

De qualquer forma, meus filhos, eu sou teimoso, sou tinoso e vai acontecer o que precisa acontecer neste País.

Muito obrigado, que Deus abençoe todos nós.